
IDENTIDADES MEDIATIZADAS: O ENQUADRAMENTO DA DEFICIÊNCIA E DE ATLETAS PARALÍMPICOS EM NARRATIVAS GLOBAIS

*MEDIATED IDENTITIES: THE DISABILITY FRAMEWORK AND
PARALYMPIC ATHLETES IN GLOBAL NARRATIVES
IDENTIDADES MEDIADAS: EL MARCO DE LA DISCAPACIDAD Y LOS
ATLETAS PARALÍMPICOS EN NARRATIVAS GLOBALES*

SELMA REGINA GOMES¹

MARIA CECÍLIA BELLO MOUTINHO²

Submissão: 29/06/2021

Aprovação: 12/07/2021

Publicação: 22/12/2021

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Pedagoga, especialista em Psicologia Educacional. Professora da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás. Atualmente é Professora Titular no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FacMais. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Pensamento Educacional Brasileiro (GEPPEB – PUC Goiás).

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-2033-5807> E-mail: selmareginag691@gmail.com

² Doutoranda em Ciências da Comunicação no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Mestre em Gestão do Trabalho para a Qualidade do Ambiente Construído pela Universidade Santa Úrsula. Pós-graduada em Comunicação Empresarial com Docência em Ensino Superior pela Universidade Estácio de Sá. Jornalista e Radialista formada pela Escola de Comunicação da UFRJ.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6713-085X> E-mail: mariaceciliamoutinho@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva relacionar as identidades mediatizadas da deficiência, em especial de atletas paralímpicos, aos conceitos da teoria do enquadramento, percebendo, a partir dos resultados encontrados em estudos sobre as representações midiáticas, os vieses escolhidos pelos jornalistas na produção das notícias e os juízos de valor atribuídos à deficiência. Utilizou-se um conjunto de artigos que estudaram a representação da deficiência nas edições dos jogos paralímpicos dos últimos 20 anos e estudos de recepção desta representação junto aos atletas de alto rendimento. Os resultados permitiram perceber um novo direcionamento do percurso da midiatização da deficiência.

Palavras-chave: Deficiência. Representações Midiáticas. Atletas paralímpicos.

ABSTRACT

This work aims to relate the mediated identities of disability, especially of Paralympic athletes, with the concepts of framing theory, recognizing, from the results found in studies on media representations, the biases chosen by journalists in the production of news and value judgments attributed to disability. We used a set of articles that studied the representation of disability in editions of the Olympic Games of the last 20 years and studies on the reception of this representation among high-performance athletes. The results allowed us to perceive a new direction on the path of media coverage of disability.

Keywords: Deficiency. Media Representations. Paralympic athletes.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo relacionar las identidades mediadas de discapacidad, especialmente de los deportistas paralímpicos, con los conceptos de teoría del encuadre, reconociendo, a partir de los resultados encontrados en estudios sobre representaciones mediáticas, los sesgos elegidos por los periodistas en la producción de noticias y juicios de valores atribuido a la discapacidad. Utilizamos un conjunto de artículos que estudiaron la representación de la discapacidad en ediciones de Juegos Olímpicos de los últimos 20 años y estudios sobre la recepción de esta representación entre los deportistas de alto rendimiento. Los resultados nos permitieron percibir un nuevo rumbo en el camino de la cobertura mediática de la discapacidad.

Palabras clave: Deficiencia. Representaciones en los medios. Atletas paralímpicos.

INTRODUÇÃO

Segundo dados do último Relatório Mundial da Deficiência, mais de um bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência, isto é, cerca de 15% da população mundial (OMS, 2011). Esse número é muito superior às projeções realizadas nos anos 70, que previam aproximadamente 10% da população. Essa taxa encontra-se em crescimento, devido ao envelhecimento da população e ao incremento global de problemas de saúde associados às doenças crônicas, como diabetes, problemas cardiovasculares e transtornos psiquiátricos (Ibid., 2011).

A deficiência é definida pela OMS, na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), como um termo genérico que engloba deficiências, limitações de atividades e restrições para a participação dos indivíduos na sociedade, denotando aspectos negativos da interação entre pessoas com problemas de saúde e fatores pessoais e ambientais.

Em relação à representação da deficiência nos meios de comunicação, estudos têm relatado que a deficiência é sub-representada e, quando se dá, ocorre de forma equivocada, majoritariamente por meio de ideias preconcebidas, perpetuando antigos estigmas e estereótipos que reforçam uma percepção social de fraqueza, inutilidade e dependência social (ZHANG; HALLER, 2013). Pelas inúmeras barreiras que dificultam o processo de inclusão social destes indivíduos, os meios de comunicação social têm papel fundamental na construção do imaginário social da deficiência, sendo muitas vezes essas narrativas tomadas como verdadeiras pela maioria da sociedade (BURNS; HALLER, 2015).

O presente trabalho objetiva relacionar as identidades mediatizadas da deficiência, em especial de atletas paralímpicos, aos conceitos da teoria do enquadramento, percebendo, a partir dos resultados encontrados em estudos sobre as representações midiáticas, os vieses escolhidos pelos jornalistas na produção das notícias e os juízos de valor atribuídos à

deficiência. Para tal, optou-se pela revisão bibliográfica de artigos sobre a cobertura midiática de Jogos Paralímpicos relacionando-os aos estudos da deficiência, aos estudos da representação da deficiência na mídia e ao conceito da teoria do enquadramento. Foram analisados seis artigos, publicados entre os anos de 2000 e 2020, nos periódicos *European Journal of Communication*, *International Review for the Sociology of Sport*, *Communication and Sport*, *Media International Australia* e *Motricidade*, todos na base de dados Scopus.

MÍDIA E DEFICIÊNCIA

Muito embora as deficiências possam ser de várias naturezas e denotar necessidades e trajetórias diversas, é muito comum que as pessoas com deficiência sejam representadas como pertencentes a um grupo homogêneo e abstrato. Este fato, além de indicar uma forma sutil de representação preconceituosa, demonstra um distanciamento da mídia e desconhecimento acerca da população com deficiência (NECA; CASTRO, 2012).

Soo Ang e Lee Yeo (2018) demonstraram, em pesquisa sobre a representação da deficiência nas fotografias em jornais impressos na Malásia, que as pessoas com deficiência apareciam em grupos em mais de 30% das fotografias, levando-as a classificações homogêneas por meio de categorias biológico-sociais.

Em outro estudo, Boross e Reijnders (2019) revelaram como os participantes de um reality show de relacionamento percebiam o mesmo processo por parte da produção do programa, identificando as diferentes deficiências como uma só. Porém, a deficiência deve ser percebida como um termo “guarda-chuva” que abriga indivíduos com características diversas, relacionadas às suas incapacidades patológicas, sociais e políticas (SOO ANG; LEE YEO, 2018, p. 458).

Uma das consequências desta pouca visibilidade é a falta de discussão de demandas e de políticas públicas direcionadas a esta população, o que conseqüentemente reforça

discursos preexistentes, estigmatizados e estereotipados (NECA; CASTRO, 2012). Suas aparições na mídia ainda configuram-se dentro do que é socialmente aceito, não sendo, desta forma, qualquer corpo ou com quaisquer características de deficiência representadas (SILVA; COVALESKI, 2018). Fontes (2016, p. 106) destaca que “[...] a corporalidade das pessoas com deficiência emerge como a face visível da diferença, o diferente é rejeitado e desqualificado à categoria de sub-humano”. As representações midiáticas delegam então, a elas, um lugar marginal. A mesma marginalidade conhecida em suas vidas cotidianas (CUNHA; PINTO, 2017).

As representações midiáticas apresentam as pessoas com deficiência sob diversos estigmas e estereótipos, contribuindo, como já mencionado, para falsas percepções sociais acerca da deficiência, influenciando a autoestima das pessoas com deficiência, podendo até mesmo impactar na compreensão de suas identidades pela comunidade de pessoas com deficiência.

Bendukurthi e Raman (2016) defendem que caberia aos meios de comunicação, um compromisso ético de abertura às necessidades e às perspectivas das pessoas com deficiência na produção das notícias. Esta atitude favorece a construção de percepções positivas acerca da deficiência.

A DEFICIÊNCIA COMO DIVERSIDADE HUMANA

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), instituída em 2006, faz parte de uma mudança social na qual a deficiência é apresentada na perspectiva de direitos humanos e reconhecida como “parte da diversidade humana” (ONU, 2007, p. 5). O documento defende a execução de ações que possibilitem às pessoas com deficiência usufruam todos os seus direitos, sem discriminação, de forma digna e igualitária (ONU, 2007, p. 33).

A deficiência é estabelecida como um conceito em evolução, resultante “da interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária com os demais” (ONU, 2007, p. 33). O reconhecimento, pela CDPD, da pessoa com deficiência como um cidadão pleno de direitos e deveres impulsionou e continua a estimular políticas públicas e atitudes sociais mais inclusivas (CUNHA; PINTO, 2017, p. 133).

É importante destacar que nem sempre foi assim: até os anos 1970, a deficiência era vista como uma patologia, resultado de incapacidades inerentes ao indivíduo. A partir do ano de 1975, a ONU começou a utilizar uma abordagem de transição entre o modelo médico para o social, começou-se a enxergar a pessoa com deficiência com direitos, em igualdade aos demais cidadãos. O Ano Internacional e o Programa de Ação Mundial das Nações Unidas, em 1982, foram grandes impulsionadores nesta área, definindo pela primeira vez o conceito de desvantagem, como função da relação entre as pessoas com deficiência e o seu meio (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 1993).

Este percurso de reconhecimento de direitos e do uso do conceito biopsicossocial foi construído sob princípios e obrigações de respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência, com compromissos de ações que eliminem qualquer tipo de discriminação, promovendo a participação e a inclusão social efetiva na sociedade (ONU, 2007). Fontes (2016, p. 111) destaca que “[...] a perspectiva utilizada para entender a deficiência influencia de forma determinante os direitos conferidos às pessoas com deficiência e, conseqüentemente, as suas vidas’.

As sociedades precisam se preparar para incluir a pessoa com deficiência em seu meio, possibilitando exercerem papéis ativos enquanto cidadãos. Pode-se estabelecer a essa abordagem de inclusão social da pessoa com deficiência proposta pela CDPD e pela OMS, uma ligação ao conceito de multiculturalismo, enquanto “[...] política de reconhecimento do direito à diferença por parte dos distintos grupos culturais ou étnicos que compõem uma

determinada sociedade, sem imposição de formas normativas de pertença” (ÁLVARES, 2020). Os modelos de representações midiáticos progressistas, explicitados detalhadamente na próxima seção, também se aproximam da perspectiva multicultural.

De outro modo, no modelo médico de estudos da deficiência, a pessoa com deficiência é percebida como desviante, devendo integrar-se socialmente, sendo a responsável pela sua adequação, cura e reabilitação, promovida e financiada pelo Estado e contribuintes, sendo uma dádiva e não um direito. As políticas públicas visavam à diminuição ou recuperação dos efeitos da deficiência, sendo criticadas por promover ainda mais opressão e exclusão (MAIA; VIMIEIRO, 2015). Esta abordagem da deficiência pode ser relacionada ao conceito de integracionismo, assim como as encontradas nos modelos tradicionais de representação midiática. A diversidade passa a configurar-se dentro de um reconhecimento hierarquizado pelas sociedades ocidentais, onde as minorias deveriam adequar-se a comportamentos aceitos e impostos pelas predisposições destas sociedades (LENTIN; TITLEY, 2012).

Estes dois modelos constituem o pano de fundo dicotômico dos conceitos de Integração e de Inclusão: no modelo médico, o foco é colocado no indivíduo que precisa ser reabilitado e habilitado para se adequar à sociedade, enquanto no modelo social da deficiência a sociedade é chamada a focalizar os seus ambientes e as barreiras incapacitantes, quer ao nível físico, programático e atitudinal para que todas as pessoas possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional (PASSARINHO, 2015, p. 198).

Embora estes conceitos se relacionem principalmente às comunidades culturais e étnicas, é possível pensar em grupos de pessoas com deficiência como uma identidade ou uma comunidade, já que teriam características culturais específicas. Segundo Diniz, Barbosa e Santos (2009), a aproximação com os estudos culturais são justificadas a partir da lógica da opressão, pois apesar das características específicas inerentes a cada impedimento, habitar

um corpo com deficiência, os faria comuns a partir da experiência da discriminação imposta pela cultura da normalidade.

IDENTIDADES MEDIATEZADAS DA DEFICIÊNCIA

Modelos específicos de mediação da deficiência vêm sendo estudados desde o final dos anos 90, tendo sido elaborados por Clogston (1990) para avaliar as diferentes representações das pessoas com deficiência publicadas em notícias (HALLER, 1995). Posteriormente, Haller desenvolveu outros modelos, ampliando os temas encontrados na cobertura jornalística, completando então as categorias classificadas como “Tradicional” e “Progressista” (BURNS, 2013).

Na categoria tradicional, a pessoa com deficiência é vista como defeituosa a partir de uma perspectiva médica ou econômica. Ou ainda como pessoas com superpoderes para superar suas incapacidades. Estão inseridos nesta categoria, os modelos médico, social, patológico, supercrip e de negócios (HALLER, 1995).

Já na categoria progressista, a deficiência é percebida como uma causa social e não um atributo físico. As incapacidades são das sociedades que não conseguem se adaptar física, social, laboral e atitudinalmente. As pessoas com deficiência são multifacetadas, detentoras de direitos civis, que preveem sua inclusão nas sociedades. Os modelos enquadrados são minoria/direitos civis, legal, pluralismo cultural e consumo (HALLER, 1995).

O presente trabalho analisa os enquadramentos dos atletas com deficiência, procurando os vieses mais comuns nas representações midiáticas do paradesporto e das competições paralímpicas. Os trabalhos que serviram de base empírica e teórica, incluindo avaliações de quatro Jogos Olímpicos de Verão deste século (2000 – Sidney, 2004 – Atenas, 2012 – Londres, 2016 – Rio) e um Jogo Olímpico de Inverno (2010 – Vancouver), foram buscados

em publicações de: Pullen et al (2020; 2019); McGillivray et al (2019); Marques et al (2015); Misener (2013); Howe (2008); Goggin & Newell (2000).

Salienta-se que as análises da cobertura midiática dos respectivos eventos foram apresentadas como os resultados dos supracitados artigos, isto posto, a presente análise será feita a partir dos achados e conclusões dos autores em questão.

A NARRATIVA SUPERCRIP E O ENQUADRAMENTO DE ATLETAS PARALÍMPICOS

A cobertura midiática do desporto paralímpico, mesmo quando se trata de um grande evento como os Jogos Paralímpicos, que ocorrem em média três semanas após os Jogos Olímpicos, apresenta um caráter diminuto, conferindo pouca visibilidade às pessoas com deficiência e às questões da deficiência (GOGGIN e NEWELL, 2000; MARQUES et al., 2015).

Goggin e Newell (2000, p. 78) destacaram que até as Olimpíadas de Sidney não havia sequer alguma discussão sobre a falta de atenção da mídia e da separação praticamente “hermética” dos Jogos Olímpicos. Tendo sido a partir deste ano o início de um maior interesse pelo evento, com mais horas de cobertura televisiva, além da transmissão ao vivo pela internet. Nos Jogos Londres 2012 alcançou-se uma cobertura mais robusta (MCGILLIVRAY, et al., 2019), apresentando um significativo aumento em termos de abrangência e número de sujeitos envolvidos (MARQUES, et al., 2015).

A análise das representações de atletas paralímpicos, pode ser refletida a partir de Livingstone (2009) sobre como o processo midiático passou a estar inserido em todo o processo social. Assim como as narrativas constituintes da representação social da

deficiência são mediadas, seus significados são midiaticizados afirmando-se por meio das percepções da deficiência por parte de diversos públicos.

Quando a Convenção da ONU determina que os Estados devam encorajar a mídia a representar as pessoas com deficiência dentro dos estabelecidos pelo documento, reconhece e enfatiza o processo de negociação que deve haver para que a mídia legitime esta “[...] luta de poder entre um grupo dominante e outro subalterno da sociedade” (LIVINGSTONE, 2009, p. 10). Pois, tratando-se da consolidação de um novo paradigma a respeito da deficiência, sua transformação e reconstituição necessariamente precisam passar pelos processos de mediações contemporâneos.

Contudo, os meios de comunicação geralmente reproduzem as representações já existentes, tornando mais difícil o processo de alteração de visão de mundo (ÁLVARES, 2016). Os enquadramentos escolhidos reafirmaram algo já estabelecido, colocando em “primeiro plano aspectos específicos de uma questão, de modo a influenciar a compreensão desta última por parte do público, com base na sua apresentação” (Álvares, 2017, p. 42). É como se os produtores tivessem uma audiência implícita quando constroem as mensagens, procurando reproduzir o conteúdo existente naquela comunidade imaginada (ÁLVARES, 2017).

Desta forma, percebe-se que os atletas com deficiência podem ser majoritariamente representados na mídia, por meio de “narrativas bem gastas, pessoais, emocionais e excessivamente individualizadas e continua a dar ênfase às pessoas-chave e às suas realizações, tanto dentro como fora do desporto” (MCGILLIVRAY, et al., 2019, p. 5). A pessoa com deficiência é retratada como um sujeito “sobre-humano” ou “especial” porque mantém uma vida normal, “apesar da deficiência”: “Este papel reforça a ideia de que as pessoas com deficiência são desviantes – que as realizações da pessoa são incríveis para alguém que não é completo” (BURNS, 2013, p. web).

Logo, pesquisadores classificam que a forma de abordar o desporto adaptado se dá predominante pelo modelo *supercrip* (GOGGIN e NEWELL, 2000; MARQUES et al., 2015; MCGILLIVRAY et al., 2019; PULLEN e SILK, 2019; 2020). Os atletas aparecem como indivíduos inspiradores, que apesar de toda a dificuldade e barreiras encontradas, por meio de muita determinação e capacidade de superação, conseguiram alcançar feitos extraordinários. Adjetivos como “bravos, pessoas especiais e realizadores notáveis” estão presentes nas narrativas (GOGGIN e NEWELL, 2000, p. 78). Os feitos heroicos dos atletas paralímpicos seriam assim classificados, pois se aproximavam dos resultados de atletas de elite, mesmo sendo performados por pessoas com deficiência (MISENER, 2013).

Esta maneira de representar a deficiência é amparada por um sistema de crença baseado em uma abordagem da deficiência já ultrapassada, o modelo médico, mas que tem sido reafirmada pela mídia ao longo do tempo. Segundo Entman (2007), haveria padrões de inclinação persistentes ao longo do tempo, de forma que os meios de comunicação ajudariam sistematicamente certas entidades a induzir um comportamento, ajudando “a distribuir o poder político por determinados grupos, causas ou indivíduos”. O que definiria o enviesamento de conteúdos seria: “[...] padrões consistentes no enquadramento da comunicação mediada que promovem a influência de um dos lados nos conflitos sobre o uso do poder governamental” (ENTMAN, 2007, p. 166).

As histórias trariam a perspectiva pessoal, sobrepondo-se às contextualizações de questões sociais da população com deficiência, acrescentando um aspecto emotivo, associados a juízos de valor. Álvares (2017, p. 54) destaca que “[...] ao associar temas específicos a emoções positivas ou negativas, os produtores dos media tentam delimitar os limites dentro dos quais a decodificação tem lugar”.

A narrativas pessoais, evocando dimensões emocionais, tiram um foco importante da questão da deficiência, como destacam McGillivray et al. (2019, p. 7): “[...] a falta de enquadramento contextualizado que chame a atenção para questões mais vastas da

deficiência, como temas sociais importantes, resulta numa menor apetência para a ação coletiva”.

Por sua vez, Misener (2013) chama atenção para narrativas direcionadas para o esporte afastarem os discursos críticos acerca da deficiência e da acessibilidade e destaca que os assuntos ligados aos impactos dos legados dos Jogos Paralímpicos de Inverno em Vancouver, em 2010, por exemplo, chamaram a atenção majoritariamente da imprensa local, não conseguindo a cobertura dos jornais nacionais e de audiências mais amplas.

Os meios de comunicação social têm sido cúmplices na perpetuação de narrativas capacitistas nas suas representações da deficiência e do desporto com deficiência, onde existe uma expectativa de capacidade e desempenho inferiores. Assim, uma ideologia capacitista desvaloriza a experiência da deficiência e da incapacidade, relegando estas discussões para as margens sociais. Através de uma lente capacitista, a deficiência é representada como "incivilizada, fora ou à margem da humanidade" (Hughes, 2012, p. 22), e assim, feitos como conquistas atléticas são considerados fora do comum e mesmo extraordinários (MCGILLIVRAY et al., 2019, p. 3).

Classificado como um modelo tradicional de representação, o modelo *supercrip* é percebido por teóricos da representação da deficiência na mídia como negativo (HALLER, 1995). Porém, estudo de Marques et al. (2015) apresentou que não há um consenso por parte de atletas de diferentes nacionalidades sobre esta abordagem. Alguns defendem que o discurso *supercrip* desvia a atenção para seus atos enquanto atletas, pois o discurso da superação os valoriza no campo midiático, enquanto desvaloriza-os no desportivo. Outro ponto seria que, o destaque para os feitos extraordinários e a compaixão aumentaria a audiência do desporto paralímpico, gerando maior retorno comercial. Por sua vez, prejudicaria o sentimento de identificação com os atletas, imprimindo uma marca simbólica de inferioridade, dificultando o surgimento de ídolos desportivos (MARQUES et al., 2015).

Em estudo sobre os últimos jogos olímpicos, McGillivray et al. (2019) afirmaram que embora a narrativa *supercrip* permanecesse fortemente enraizada, muitas vezes absorvendo

domínios emergentes, foi possível vislumbrar uma tentativa de apresentação, em menor dimensão, de outros discursos na cobertura apresentada no Reino Unido, com novas perspectivas políticas, mais relacionados com a vivência cotidiana das pessoas com deficiência.

Mesmo assim, embora o balanço global das representações midiáticas dos Paralímpicos do Rio possa não ser inteiramente positivo, há sinais de que, no mínimo, as coisas estão a apontar na direção certa. O modelo social da deficiência foi muito mais visível aqui do que nos Jogos da Commonwealth em 2014 (McPherson et al., 2016), onde, por sua vez, foi mais enérgico do que em Londres em 2012: a crítica era mais poderosa, o compromisso mais musculoso, o foco mais sustentado e o alcance muito maior (MCGILLIVRAY et al., 2019, pp 26-27).

Howe (2008) já havia chamado atenção em investigação realizada nos Jogos de Atenas, em 2000, sobre como havia a intenção, por parte do Comitê Internacional e do Comitê Paralímpico Britânico, para direcionar as matérias sobre os jogos, por meio da relação com os jornalistas nas salas de imprensa e zonas mistas, conteúdo de *press releases* e de declarações de atletas, para um enquadramento positivo. Matérias mais críticas, como a discussão de resultados e performances, assim como condições de infraestrutura esportiva, comuns na cobertura do desporto de elite, eram mal vistas, por serem encaradas como publicidade negativa (Ibid., 2008). Logo, percebe-se, até mesmo como uma evolução da cobertura midiática, naquele primeiro momento o desejo de que os Jogos Paralímpicos fossem retratados por meio de matérias que celebrassem o triunfo às adversidades.

Estudos recentes, sobre a cobertura britânica dos Jogos Rio 2016, demonstraram ter havido mudanças sociais positivas e progressivas, por meio de uma “normalização” da deficiência consoante a maior exposição midiática. Embora assuntos relacionados à deficiência e ao paradesporto tenham passado a receber maior apreciação pelo público, a celebração de paratletas com sucessos tecnológicos levou a uma maior inclusão e a apreciação desta forma de subjetividade da deficiência por parte do público. Logo, a

cobertura teria sido moldada a partir do conceito de "able nationalism" (PULLEN et al., 2020), pelo qual a pessoa com deficiência seria tratada como uma exceção, valorizando as normas de inclusão pelo qual um corpo se torna apto como um cidadão capaz. Este conceito seria uma fusão entre capacitismo e nacionalismo e teria surgido ao final do século XVIII, nos países em processo de industrialização e pós-industrialização (SNYDER; MITCHELL, 2010).

Desse modo, esses corpos seriam celebrados como ícones nacionais, que iriam de encontro com as demandas neoliberais de cidadania (produtivo, funcional, com maior capacidade e esteticamente agradável) (PULLEN et al., 2019, p. 18). Os atletas com deficiência, detentores de materiais tecnologicamente avançados receberiam maior destaque, em detrimento daqueles acometidos por deficiências mais graves (Ibid., 2019), que não os permitiriam ter corpos mais atléticos próximos dos padrões olímpicos.

Por consequência, demonstra-se como a inclusão e hipervisibilidade de algumas formas selecionadas de deficiência são estruturadas pela exclusão e hipervisibilidade de outras (PULLEN et al., 2019). Neste sentido, a pessoa com deficiência, por meio de seu corpo e sua incapacidade, poderia ser enquadrada de forma positiva ou negativa (ÁLVARES, 2017).

McGillivray et al. (2019) também destacam as temáticas de orgulho nacional dos corpos "ciborgues", porém apontam como causa no caso britânico, pela popularização dos *Invictus Games*, relacionando as causas da deficiência à consequências de guerras e ao uso de próteses altamente tecnológicas por parte de ex-combatentes que passam integrar as equipes esportivas. Portanto, passam a figurar como símbolos mediatizados com possibilidade de dupla decodificação: o veterano de guerra e o ídolo esportivo.

Neste sentido, com a celebração de corpos "ciborgificados" como "subjetividades representativas" da nação (Marshall, 1997), os paralímpicos servem de exemplo de "ablenacionalism" (Mitchell & Snyder, 2015): uma estratégia cultural que propaga a igualdade e serve para

tornar visíveis os corpos hipercapacitados (“para corpos” hipervisíveis) no âmbito da esfera cultural nacional (PULLEN et al., 2019, p. 18).

Os autores sugerem que abordagens “ambiciosas, inovadoras, desafiadoras e inclusivas” (Ibid., 2020, p. 13) da representação da deficiência em megaeventos esportivos, assim como as articuladas pelas grandes empresas de comunicação social são capazes de gerar e redefinir conhecimentos sociais e culturais acerca da deficiência, impactando na percepção por parte das audiências acerca de grupos minoritários e marginalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou analisar as representações midiáticas da deficiência, especificamente no que se refere aos atletas paralímpicos, fazendo uso da teoria do enquadramento para demonstrar as principais abordagens acerca do tema nas últimas competições olímpicas e a recepção destas representações junto aos atletas. Utilizou-se um conjunto de sete artigos publicados entre 2000 e 2020, em periódicos inseridos na base de dados Scopus.

Pode-se afirmar que a narrativa *supercrip* continua enraizada nas representações da deficiência, não só no sentido de superação, como também em uma cobertura midiática baseada na personificação do indivíduo com deficiência, deixando de aprofundar e discutir as causas de exclusão e opressão social desse conjunto de pessoas.

Verificou-se ainda haver um novo direcionamento da midiatização dos novos “super” atletas, àqueles que se utilizam de aparatos altamente tecnológicos, tendo seus corpos antes “incapacitados” transformados em ciborgues com grande apelo de visibilidade.

Sobretudo, é importante refletir sobre a necessidade ética dos meios de comunicação e consequentemente de seu corpo de profissionais, com a causa da deficiência. As representações midiáticas ainda capacitistas são muitas vezes fruto do trabalho de jornalistas

com pouco conhecimento sobre essa temática. Logo, é preciso discutir caminhos para uma aproximação dos meios de comunicação, assim como de seus profissionais e futuros profissionais, ou seja, estudantes de jornalismo e outras áreas da mídia, à causa da deficiência. Contudo, vê-se alguma evolução neste sentido, muito embora seja também fruto do movimento de ativistas de direitos das pessoas com deficiência por uma maior conscientização.

No entanto, destaca-se que os trabalhos escolhidos neste artigo, foram analisados sob as perspectivas da representação midiática de determinados países. As questões da deficiência devem ser compreendidas de uma forma contextualizada enquanto parte de um cenário social específico. Existem grandes diferenças globais entre as políticas em relação à deficiência e ao paradesporto, assim como às de representações da deficiência e do paradesporto. Contudo, a presente análise trouxe importantes reflexões e novas perspectivas de enquadramentos do esporte paralímpico para eventos futuros.

REFERÊNCIAS

ALVARES, C. Whither culture? On the predominance of cognitivism in media and communication studies. *International Communication Gazette*, v. 78, n. 7, pp. 663–668, 2016. DOI <https://doi.org/10.1177/1748048516655720>.

ALVAREZ, C. The Implied Audience in Islamic State Propaganda Videos. In: S. HOHNSTEIN; M. Herding (Eds.), *Digitale Medien und politisch ... Digitale Medien und politisch- weltanschaulicher Extremismus*. Arbeits- und Forschungsstelle Rechtsextremismus und Radikalisierungsprävention. 2017.

ÁLVARES, C. **Identidades Mediatizadas**: Unidade curricular media e mediações socioculturais. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2020.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. **Regras gerais sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência**. Lisboa, 1993.

BENDUKURTHI, N.; RAMAN, U. Framing Disability in the Indian News Media: A Political Economy Analysis of Representation. **Journal of Creative Communications**, v. 11, n. 2, pp. 135–153, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0973258616644811>.

BOROSS, B.; REIJNDERS, S. Dating the Media: Participation, Voice, and Ritual Logic in the Disability Dating Show The Undateables. **Television and New Media**, v. 20, n. 7, pp. 720–738, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1527476418782184>

BURNS, S. (2013). Media models of disability. Retrieved from **Disability & Media Matters website**, 2013. <https://disabilitymediamatters.me/2013/04/15/media-models-of-disability/>

CUNHA, M. J.; PINTO, P. C. Representations of disability: A longitudinal study of the press. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 85, pp. 131–147 2017. DOI: <https://doi.org/10.7458/SPP2017856107>

DGS, & OMS. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Lisboa, 2004, p. 238.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, pp. 64–77, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1806-64452009000200004>

ENTMAN, R. M. Framing bias: Media in the distribution of power. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, pp. 163–173, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00336.x>

FONTES, F. **Pessoas com deficiência em Portugal**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

GOGGIN, G.; NEWELL, C. Crippling Paralympics? Media, Disability and Olympism. **Media International Australia Incorporating Culture and Policy**, n. 97, v. 1, pp. 71–83, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1177/1329878x0009700110>

HALLER, B. Rethinking Models of Media Representation. **Disability Studies Quarterly**, n. 15, v. 2, pp. 26–30, 1995.

HOWE, P. D. From inside the newsroom: Paralympic media and the production of elite disability. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 43, n. 2, pp. 135-150, 2008.

LANE, H. Construction of Feafness. In: DAVIS, L. J. (Org). **The Disability Studies Reader**, 2ª ed., 2006. DOI: <https://doi.org/10.434/9781315680668>

LENTIN, A.; TITLEY, G. The crisis of “multiculturalism” in Europe: Mediated minarets, intolerable subjects. **European Journal of Cultural Studies**, n. 15, v. 2, pp. 123–138, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1367549411432384>

LIVINGSTONE, S. On the Mediation of Everything: ICA Presidential Address 2008. **Journal of Communication**, n. 59, v. 1, pp. 1–18, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2008.01401.x>

MAIA, R. C. M.; VIMIEIRO, A. C. Recognition and Moral Progress: A Case Study about Discourses on Disability in the Media. **Political Studies**, n. 63, v. 1, pp. 161–180, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9248.12083>

MARQUES, R. F. R. et al. A abordagem mediática sobre o desporto paralímpico: perspetivas de atletas portugueses. **Motricidade**, v. 11, n. 3, pp. 123–147, 2015. DOI: <https://doi.org/10.6063/motricidade.4704>

MCGILLIVRAY, D., et al. (Super)Crip: media representations of disability at the Rio 2016 Paralympic Games. **Communication and Sport**, pp. 1–30, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/2167479519853496>

MISENER, L. A Media Frames Analysis of the Legacy Discourse for the 2010 Winter Paralympic Games. **Communication & Sport**, v. 1, n. 4, pp. 342–364, 2013; DOI: <https://doi.org/10.1177/2167479512469354>

NECA, P.; CASTRO, P. Representações da deficiência na imprensa portuguesa: hegemonia e emancipação. **Estudos em Comunicação**, n. 12, pp. 367–386, 2012.

ONU. (2007). **Convention on the rights of persons with disabilities**. Disponível em: https://treaties.un.org/doc/Publication/CTC/Ch_IV_15.pdf

PASSARINHO, I. Em Rede Fazemos a Diferença: um percurso de aprendizagem, empowerment e inclusão educativa e comunitária com pais de crianças e jovens com NEE. **Intervenção Social**, n. 45, pp. 191–205, 2015.

PULLEN, E.; JACKSON, D.; SILK, M. (Re-)presenting the Paralympics: Affective Nationalism and the “Able-Disabled.” **Communication and Sport**, pp. 1–23, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/2167479519837549>

PULLEN, E.; JACKSON, D.; SILK, M. Watching disability: UK audience perceptions of the Paralympics, equality and social change. **European Journal of Communication**. 2020, DOI: <https://doi.org/10.1177/0267323120909290>

SILVA, K. C. Da; COVALESKI, R. L. Convocações e deslocamentos da diferença: o corpo com deficiência na publicidade. **Contemporânea**, v. 16, n. 1, pp. 274–289, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/1809-9386CONTEMPORANEA.V16I1.25991>

SNYDER, S.; MITCHELL, D. Introduction: Ablenationalism and the Geo-Politics of Disability. **Journal of Literary & Cultural Disability Studies**, v. 4, n. 2, pp. 113–125, 2010. DOI: <https://doi.org/10.3828/jlcds.2010.10>

SOO ANG, P.; LEE YEO, S. Exclusionary visual depiction of disabled persons in Malaysian news photographs. **Discourse and Communication**, v. 12, n. 5, pp. 457–477, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1750481318766922>

ZHANG, L.; HALLER, B. Consuming Image : How Mass Media Impact the Identity of People with Disabilities. **Communication Quarterly**, n. 61, pp. 319–334, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/01463373.2013.776988>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

GOMES, Selma Regina; MOUTINHO, Maria Cecília Bello. Identidades mediatizadas: o enquadramento da deficiência e de atletas paralímpicos em narrativas globais. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, pp. 308-326, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2021v15n.60174>.